

Apresentação

Dossiê: o passado que o presente carrega educação patrimonial e as histórias públicas que construímos

Cristina Helou Gomide*

cristinahelou@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8333-0667>

Jiani Fernando Langaro**

jflangaro@ufg.br

Ao lançarmos o dossiê *O passado que o presente carrega: educação patrimonial e as histórias públicas que construímos*, vislumbramos a construção de um espaço de discussão sobre o ofício da história com base na téttrade patrimônio cultural, histórias públicas, educação patrimonial e ensino de história. Pensamos que já era tempo de reconhecermos e de valorizarmos os novos espaços de atuação do(a) historiador(a), abertos ao longo da segunda metade do século XX e fortalecidos com a regulamentação da profissão, ocorrida no Brasil, na segunda metade do século XX (SCHMIDT, 2018).

Todavia, entendemos que esses novos campos não deveriam relegar ao esquecimento o profícuo trabalho desenvolvido por historiadores(as) no ensino de história e no campo da educação, notadamente em educação patrimonial. É fato que, no Brasil, as políticas de valorização do ensino de história levadas a cabo pelos governos progressistas do começo do século XXI – especialmente o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) –

* Graduada e Mestre em História pela UFG. Doutora em História pela PUC-SP. Professora de Ciências Humanas na FE-UFG. Trabalha com as categorias fundamentais das Ciências Humanas: Tempo, Espaço, Relações Sociais, Cultura e Política. Investiga questões relacionadas a Patrimônio, Museu, Histórias Públicas com ênfase no Ensino de História, História Regional e do Brasil.

** Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU e doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor adjunto da Faculdade de História e membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH e do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA da Universidade Federal de Goiás – UFG.

resultaram em transformações na área, cujos efeitos renovadores transbordaram para campos como o patrimônio cultural e a história pública.

Por história pública, entendíamos todas as iniciativas que buscam estabelecer conexão com o público não especializado em história. Esse público poderia ser envolvido na produção de investigações ou de narrativas históricas em parcerias entre historiadores profissionais e o público em geral – como em casos de projetos de história comunitária –, ser o destinatário de ações de divulgação científica, ou ser o produtor de histórias elaboradas por autodidatas em história, dentre outras inúmeras possibilidades.

Baseados(as) em Linda Shopes (2016) e Jill Linddington (2011), entendemos a história pública como um campo amplo e fértil de possibilidades e não somente uma alternativa de trabalho para historiadores(as). Por outro lado, o caminho trilhado pela história pública no Brasil nos mostrou como a área não se desconectou das discussões sobre patrimônio cultural e ensino de história, como bem indicam os(as) diversos(as) autores(as) de *Que história pública queremos? / What public history we want?*, obra organizada por Ana Maria Mauad, Ricardo Santhiago e Viviane Trindade Borges (2018).

Podemos afirmar, seguramente, que a história pública brasileira faz parte do contexto de renovação do ofício de historiador(a), que acompanhou a regulamentação da profissão de historiador(a) e as transformações operadas nas formas como a área de história passou a conceber o ensino de história e o patrimônio cultural. Seguramente, um legado da passagem do século XX para ao XXI foi a área de história ter assumido – decisivamente – a responsabilidade por pensar o patrimônio cultural, o ensino de história e contribuir para a reflexão sobre educação, incluindo a educação patrimonial.

Ao inserir as histórias públicas no escopo deste dossiê, intentamos incentivar colegas pesquisadores(as) a sistematizar o trabalho que vêm desenvolvendo Brasil afora. Ao tratar história pública, no plural, pretendíamos acentuar a diversidade de formas de abordagem que marca esse campo e legitimidade das mais diferentes formas de fazer histórias públicas. São inúmeros os projetos que fazem a conexão entre esse tema e o patrimônio cultural, o ensino de história e a educação patrimonial.

Quanto à educação patrimonial, a entendemos como um mecanismo de provocação para pensarmos de forma problematizada o patrimônio cultural reconhecido (ou não) como tal,

ao longo da história. Compreendemos que é impossível dissociar educação e patrimônio, por ser o patrimônio cultural representação das “construções sociais” (Tolentino, 2019, p. 40).

Assim, entendíamos ser fundamental a realização de uma discussão no campo da história, já que é no decorrer dos tempos que produzimos bens, valores e referências culturais. Nessa direção, reforçamos na proposta de dossiê o caráter político do debate sobre patrimônio cultural, como forma de instigar os(as) autores(as) a levantar as diversidades que o compõem e trazer à cena da discussão a problemática sobre a alteridade (Tolentino, 2019, p. 41). Dessa maneira, pretendíamos colocar a discussão na seara das indagações sobre história e cultura.

Os debates sobre culturas e seus movimentos como motores presentes nas formas de produção humana subjazem nossa concepção de história e estiveram presentes na chamada do dossiê. Entendemos que a cultura é um processo gerador maneiras de viver (WILLIAMS, 1979). Os edifícios e ruas que compõem nossas cidades, a introspecção que habita nossos pensamentos, a natureza com a qual interagimos, os alimentos que ingerimos, os movimentos sociais que produzimos são parte da processualidade cultural que nos forma. É a cultura – construída com base nas relações sociais – que nos estimula a realizar a leitura crítica das histórias que são publicizadas e seus diversos mecanismos de propagação.

Julgávamos ser significativo pensarmos sobre os modos como procuramos caminhos para responder às indagações que elaboramos sobre o mundo em que vivemos e os valores atribuídos ao que temos produzido como seres humanos que somos. O que difere o valor atribuído a uma coisa ou outra depende do momento que vivemos (ARGAN, 1998) e, por isso, entendemos a cultura como algo eminentemente histórico.

Concebíamos como fundamental a realização de reflexões sobre histórias públicas e suas relações com a história que aprendemos, seja no âmbito das cidades, do campo ou na natureza, no contexto em que estamos inseridos. O processo histórico tem nos conduzido à percepção de que a história é campo carregado de disputas, que se negociam ou se confrontam.

Nossa obra posta, então, teve como objetivo se colocar na contramão dos negacionismos e dos revisionismos que tentam reforçar as forças hegemônicas e deslegitimar as lutas sociais, os quais estão muito presentes e fortalecidos no mundo e no Brasil contemporâneos. A despolitização dos debates sobre a história, aliado às influências dos veículos de comunicação comumente vinculados às forças hegemônicas “teria possibilitado, por um lado, a

democratização da informação, e por outro, o avanço da alienação e a restrição da capacidade crítica e criativa” (KALLÁS, 2017, p. 136).

Assim, ao propor este dossiê, nos indagamos: o passado, presente nas nossas vidas, contado nos livros didáticos, nos monumentos, nas ruas ou nos edifícios, nos contempla? Que patrimônios elegemos, e de que modo a educação patrimonial pode contribuir com esse debate? Visando dar um primeiro passo rumo à resposta de tais problemáticas, o dossiê apresenta trabalhos que apontam caminhos possíveis e necessários na intersecção entre histórias públicas, patrimônio cultural, ensino de história e educação patrimonial.

São textos escritos por colegas de profissão que tomaram conhecimento da chamada pública feita para o dossiê e aceitaram o desafio que nele fizemos, de sistematizar os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos nas mais diferentes partes do país. O dossiê, portanto, apresenta o importante debate sobre as histórias que produzimos, histórias que conhecemos e a “presença da ausência” (RICOEUR, 2018), bem como o papel da educação nos aprendizados sobre histórias públicas, patrimônio cultural e ensino de história. São artigos que colocam novas questões, desconstroem outras e, acima de tudo, nos fazem pensar na amplitude desses temas e como eles são apropriados e dinamizados de múltiplas formas, nas mais diversas partes do país.

É com grande satisfação que apresentamos ao público este dossiê, que compõe o segundo número da Revista *Caliandra*. O primeiro artigo a compô-lo se intitula *Entre o visível e o invisível, alguns tensionamentos entre o campo social e a educação patrimonial contemporânea*, em que **Itamar Ferretto Comarú** e **Fabiana Ferreira Santos** propõem a educação patrimonial como forma de valorização da presença afro-brasileira e africana em terras que foram objeto de colonização de imigrantes europeus na região Nordeste do Rio Grande do Sul. Conforme destacam os(as) autores(as), essa colonização resultou na primazia dos elementos culturais de matriz europeia. Lançando mão da educação patrimonial, os(as) autores(as) pretendem inserir no debate sobre cultura e patrimônio da região os bens culturais de matriz africana e afro-brasileira. Dessa maneira, objetivam desmistificar elementos culturais de matriz afro-brasileira, como a religiosidade, e valorizar o patrimônio cultural imaterial de outros grupos sociais, que não os hegemônicos na sociedade regional.

O segundo artigo, de autoria de **Natane Rincon Azevedo**, e intitulado *Movimentos sociais urbanos pela patrimonialização de bens culturais em Goiânia e São Paulo no final do séc. XX*, por seu turno, utiliza o método da histórica comparada para compreender os movimentos sociais de luta pela patrimonialização de bens culturais nas cidades brasileiras de

São Paulo e Goiânia. A comparação entre as duas urbes sinaliza para uma convergência entre movimentos sociais urbanos e os debates em torno do patrimônio cultural ocorridos na década de 1970.

Em *Invisibilidade negra nas praças centrais do município de Nova Esperança-PR: um estudo de caso patrimonial*, **Paula Roberta Libanori Haenisch** problematiza a relação entre história pública, patrimônio cultural e ensino de história e cultura afro-brasileira. Como problemática, questiona a invisibilidade negra nos espaços públicos da cidade paranaense e busca alternativas para poder atender ao preconizado pela lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula. A autora reflete sobre a natureza pública dos patrimônios culturais e os silenciamentos constantes da história local, que são reproduzidos na nomenclatura de espaços públicos da cidade. A autora analisa, então, os nomes de praças públicas localizadas no centro de Nova Esperança-PR, para verificar se esses locais se configuram como espaços públicos que possibilitem uma conexão entre história local, educação patrimonial e o ensino de história e cultura afro-brasileira. Por fim, a autora conclui que esses locais tão somente possibilitam refletir sobre o silenciamento da presença afro-brasileira na cidade, uma vez que nenhuma das praças é remissiva à presença negra.

Finalizando o dossiê, **Alcione Aparecida da Silva e Eulália Maria Aparecida de Moraes**, em *A Educação patrimonial e as contribuições da história pública para a preservação da herança afro-brasileira*, refletem acerca das possibilidades oferecidas pela história pública para a manutenção do patrimônio material e imaterial dos povos afro-brasileiros. Em específico, as autoras defendem o uso das joias utilizadas por mulheres escravizadas no Brasil colonial e imperial – que se constituem em bens culturais materiais móveis – como recurso didático para a educação patrimonial. Assim, se ensinaria uma história diferente da escravização, em que, dentre outras coisas, se revelaria a potência das mulheres escravizadas, não apresentando a população de origem africana escravizada no Brasil apenas em seus momentos de sofrimento e subjugação.

Por fim, desejamos a todos(as) uma boa leitura, com os votos de que esse conjunto de trabalhos possa contribuir para a ampliação das investigações e demais iniciativas que articulem histórias públicas, patrimônio cultural, educação patrimonial e ensino de história. Que essa tétrade sirva para aprofundarmos nossa reflexão sobre os diversos espaços em que o passado se faz presente através de diferentes formas narrativas.

O GT História e Patrimônio Cultural e o GT Histórias Públicas, da ANPUH-GO, assinam conjuntamente este dossiê. Vislumbramos que ele se some a inúmeras outras ações, no cenário regional e nacional, que reúnam pesquisadores, educadores, estudantes e demais interessados nessa empreitada que desafia a historiografia a ampliar horizontes e chegar aos mais diversos espaços onde possamos construir um conhecimento histórico qualificado e democrático.

Referências Bibliográficas

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KALLÁS, Ana Lima. Usos públicos da história: origens do debate e desdobramentos no ensino de história. *Revista História Hoje*, v.6, n.12, p.130-157, dez/2017, EDUSP, SP.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (org). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). *Que história pública queremos? / What public history we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

SCHMIDT, Benito Bisso. Qual a relação entre a história pública e a profissionalização do historiador? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). *Que história pública queremos? / What public history we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. pp. 17-22.

SHOPES, Linda. A evolução do relacionamento entre história oral e história pública. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra & Voz, 2016. p. 71-85.

TOLENTINO, Átila Bezerra. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: DIÁLOGOS, DILEMAS E INTERFACES. In *Rev. CPC*, São Paulo, n.27 especial, p.133-148, jan./jul. 2019.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1979.